

## A FELICIDADE – UMA NECESSIDADE DO HOMEM

Cesar Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este breve estudo faz parte de uma pesquisa realizada para o nosso doutoramento em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD em Portugal. Procuramos abordar a questão da felicidade como uma necessidade premente do homem desde os primórdios dos tempos. Nosso objetivo foi avaliar uma política pública cultural por meio de índice de felicidade. Para tanto, fundamentamos a pesquisa nos pressupostos teórico-metodológicos de Lyubomirsky, Seligman, Cohen, Cunha Filho, Naconecy, dentre outros. A pesquisa é descritiva e exploratória de abordagem quanti-qualitativa. Os resultados apontam para a possibilidade de se avaliar uma política pública cultural através de índice de felicidade. Este trabalho se presta ao interesse de estudantes e pesquisadores na área da Cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** índice de felicidade; ponto de cultura; psicologia positiva.

### 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a busca pelo conforto mostrou-se como uma condição natural do homem e essa procura tem sido a sua razão de viver. Uma dessas formas de conforto tem sido a busca pela felicidade. Como alcançá-la? Haverá alguma fórmula mágica? Haverá alguma comprovação empírica que a explique? Seria apenas um estado de espírito transitório e não algo permanente alcançado por ínfima parcela da humanidade ou uma ilusão criada pelo ser humano para enfrentar os desafios que a vida impõe? Estas inquietações, inerentes à condição humana, em sua curta trajetória de vida, são instigantes ao fazer científico. Este estudo pretende abordar despretensiosamente a questão, trazendo à tona observações pontuais de alguns estudos sobre a temática da felicidade.

Nosso objetivo é apresentar a possibilidade de se avaliar uma política pública cultural, no nosso caso os Pontos de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva, pelo índice de felicidade. Para tanto, utilizamos a Escala de Felicidade Subjetiva (*Subjective Happiness Scale – SHS*), desenvolvida por Lyubomirsky e Lepper (1999).

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para os gregos, a felicidade é impossível de ser alcançada, embora seja a razão de viver do homem. Segundo Silva (2007), faz parte da condição trágica do homem a busca pela felicidade:

---

<sup>1</sup> Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco e Doutorando em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD/Portugal. cesar.pereira@fundaj.gov.br

A busca da felicidade está estreitamente relacionada com a tragédia da condição humana. A presença dos deuses (...) mostra constantemente ao homem que a mortalidade é um déficit, e que a felicidade é impossível (Silva 2007: 14).

Os deuses são eternos, enquanto a condição mortal do homem o impede de alcançar de forma plena a felicidade. Para os gregos, segundo Silva (2007), “a experiência do efêmero e do frágil traz a compreensão dos limites e da medida do humano” (Silva 2007: 15).

Cunha (2009: 174) fala sobre a felicidade imaginada, utópica, desejada pelo indivíduo não satisfeito “com o grau de felicidade que a ordem social instituída garante”. Este autor menciona alguns utopistas que se perpetuaram historicamente por seus postulados (Platão, Francis Bacon, Thomas More), homens equilibrados que se debruçavam em trabalhos que exigiam atenção e cuidado, mas que apresentaram teorias utópicas para realidade da época, cujo fim era o encontro com a felicidade.

A felicidade é um bem intangível a ser conquistado e preservado pelo indivíduo. Esse bem estabelece o preenchimento do vazio existente no indivíduo e sem ela o ser não consegue se situar no mundo, pois ficará preso num ambiente de sofrimento e de completa desolação. Além do mais, trata-se de um conceito dentro de uma subjetividade que relativiza o que de fato pode ser transformado em felicidade – o ter ou o ser. Mensurar a felicidade tem sido alvo de alguns estudos.

Em primeiro lugar, porque a felicidade não é um conceito estanque: transmuta-se ao longo de uma vida, ocupando os espaços vazios onde o ser humano ainda não se realizou ou enfrenta dificuldades – e preenchê-los é o que momentaneamente dá à vida todo o seu sentido. Em segundo lugar, porque a (in) felicidade não se apresenta a todos da mesma forma. Para uns, é um ponto de chegada claro, uma concretude; para outros, não passa de abstração (Cohen 2010: 17).

Segundo o Instituto de Pesquisa da Universidade de Michigan, há uma relação estreita entre felicidade e paz e entre paz e democracia (Cohen 2010: 107). A ideia da impossibilidade do alcance da felicidade entre os gregos não se perpetuou entre eles; pensar que não é possível ser feliz em vida foi um sentimento mudado com a política da democracia, em que o poder passa dos reis para os cidadãos<sup>2</sup>. Compreendeu-se, por fim, que, sendo a busca da felicidade uma realidade entre os homens e parte da sua condição existencial, era preciso passar à ideia de construção da felicidade pelo próprio homem:

Se o que move o indivíduo é a busca da felicidade, torna-se imprescindível a construção de uma cidade em que essa felicidade possa se realizar (...) É como se os homens participassem em maior grau da construção da própria

---

<sup>2</sup> Vale registrar, contudo, que a cidadania não era um privilégio de todos.

felicidade. (...) Os homens assumem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de suas decisões (Silva 2007: 18).

Na sequência, em que o supracitado autor vincula o indivíduo à cidade como um risco à democracia, uma vez que põe em pauta a “a liberdade individual”, o mesmo questiona: “Será possível fazer com que o desejo de felicidade individual efetivamente se identifique com o bem da cidade?” (Silva 2007: 19). Segundo este autor, havia um sentimento compartilhado por Platão e Sócrates de contestar a realidade histórica de Atenas e sua democracia, cuja decadência fez surgir os sofistas. Estando enfraquecida a relação indivíduo-coletividade, passa-se a idealizar uma felicidade que está mais além do interesse coletivo, do bem social.

Segundo Silva (2007: 20), ao contrário do que postula Protágoras<sup>3</sup>, o autoconhecimento é condição para se alcançar a felicidade. Mais adiante registra que Sócrates corrobora essa íntima relação da felicidade com o autoconhecimento:

O preceito de Sócrates, inscrito no templo de Apolo em Delfos, “Conhece-te a ti mesmo” significa: a felicidade humana, a realização íntegra da excelência de ser humano, depende do conhecimento de si, isto é, do conhecimento do homem no plano da sua essência. A realização existencial de uma vida feliz (moral, pessoal, cívica, política) tem como requisito o conhecimento essencial de tudo que diz respeito ao homem, individual e coletivamente. A ignorância é causa do erro e da infelicidade; o saber é causa da verdade e da felicidade. Se a essência do homem é a sua alma, isto é, o seu intelecto, onde mais ele poderia encontrar a felicidade senão na intuição da verdade? (Silva 2007: 23).

Se essa resposta fosse dada pelos adeptos do Cristianismo, eles remeteriam à Bíblia, livro por eles considerado sagrado, que diz ser Jesus a verdade, o qual veio trazer liberdade à Humanidade, e, com essa liberdade, a libertação. Lê-se no evangelho segundo São João: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida, ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14: 6). Aí, Jesus faz uma ponte entre a efemeridade do homem, posto que é mortal, e a eternidade a alcançar quando estiver junto ao Pai que está no céu; podemos também inferir, por esse raciocínio, da ideia de felicidade para o cristão: o homem que segue a Jesus como a única verdade e o único caminho, alcança a eternidade após a morte e terá acesso à felicidade plena.

Nos tempos modernos, contudo, nova compreensão do mundo e novos posicionamentos acerca do homem situado em diversos contextos se impõem. O contexto teocêntrico da Idade Média cede a vez à racionalidade, em que não há espaço para Deus, pelo menos como concebido pelo cristianismo, como diz Silva (2007: 54), que era usado como

---

<sup>3</sup> “O homem é a medida de todas as coisas” (SILVA, 2007, p. 20).

“princípio explicativo para o sistema do mundo”. A deusa ciência revestida da técnica e da ética dá a forma à civilização moderna. Descartes vai propor o conhecimento teórico e prático, absolutamente pautados na razão. Já Kant considera a adequação entre lógica e realidade:

Sendo ambas unilaterais na direção que assumem, nenhuma delas atende de todo às exigências do conhecimento, entendidas fundamentalmente como uma adequada relação entre razão e experiência. O idealismo (...) tende para um caráter lógico e formal. O empirismo (...) não logra alcançar os requisitos formais de necessidade e universalidade que o conhecimento deveria cumprir (Silva 2007: 63-64).

Verifica o autor que essa problemática entre razão e experiência pode ser entendida pelo viés da lógica e realidade, ou seja, entre a forma e conteúdo, em que a objetividade é posta como limite para o conhecimento, atendendo assim, conforme o autor, à “presença da forma na razão” e do “conteúdo na experiência”, sendo a relação entre a moralidade e felicidade fixada no âmbito da Razão prática (Silva 2007: 64).

Assim, de modos distintos, Descartes e Kant sustentam a ideia de universalidade para assegurar o conhecimento. Na contemporaneidade, surge a figura de Hegel para entrelaçar a Razão e a História. A sua filosofia, é, na verdade, um método para entender o curso da história. Todos os sistemas elaborados antes de Hegel tentaram estabelecer critérios para tudo aquilo que o homem pode saber sobre o mundo (Descartes e Spinoza, Hume e Kant, por exemplo) cada um se interessando por aquilo que era a base de todo o conhecimento humano. Só que esses filósofos se basearam em premissas atemporais para o conhecimento do homem sobre o mundo, enquanto Hegel achava impossível encontrar esses pressupostos atemporais, pois para ele as bases do conhecimento humano mudavam de geração em geração. Para Hegel não existem “verdades eternas”; não há uma razão separada de um tempo, ou seja, o único ponto fixo a que a filosofia pode se prender é a própria história.

É curioso perceber que, em pleno século XXI, o homem ainda oferece resistência a buscar a tão sonhada felicidade, pois, conforme registra Cohen (2010: 131), ele associa o alcance da felicidade ao merecimento ou à crença de que no tempo certo ela chegará, ou seja, deixa-a ao critério do Divino. Segundo essa autora, o resultado desse comodismo é a insatisfação, o pessimismo e a apatia. O psicólogo italiano Paolo Legrenzi nos informa que “a felicidade torna-se, assim, um ingrediente da modernidade e se transforma em algo por meio do qual podem ser criadas as condições para que alguém se realize” (Legrenzi 2002: 20).

Muitas foram as pesquisas, registradas por Marleine Cohen, que constataram ser a felicidade um verdadeiro antídoto contra muitas doenças, aumentando a imunidade do organismo, reduzindo a possibilidade de risco de morte, inclusive de coração. Pessoas felizes, diz a autora, relacionam-se bem, possuem “fortes laços com amigos e familiares”. Ao contrário do que pensa o senso comum, não são as conquistas e as realizações, pessoais e profissionais, que tornam as pessoas mais felizes, mas as pessoas felizes é que se realizam mais facilmente e alcançam suas metas:

Trabalhos recentes dão conta de que a felicidade não é um estado de espírito decorrente de conquistas e realizações. Ao contrário: ser feliz é que permite multiplicar conquistas e realizações. (...) é a felicidade que leva ao sucesso – tanto no trabalho quanto na vida pessoal, na escola, em tudo (Cohen 2010: 132-133).

Nesse entendimento, registra a autora sobre a pesquisa da psicóloga Sonja Lyubomirsky, da Universidade de Califórnia, que as pessoas felizes são aquelas que têm mais potencial para conseguir o que desejam:

Pessoas felizes têm mais capacidade de perseguir seus objetivos e adquirir os meios de conquistá-los. Elas também costumam ser mais confiantes, otimistas, energéticas e sociáveis, além de estar mais preparadas para enfrentar situações difíceis (Lyubomirsky *apud* Cohen 2010: 133).

Corroborando a psicóloga, Cohen (2010) considera que são as pessoas felizes as que conseguem os melhores casamentos, os relacionamentos mais duradouros e até têm maior longevidade. Nessa concepção, é perfeitamente compreensível o que o senso comum diz a respeito do acúmulo de riqueza: “o dinheiro não traz a felicidade”.

Para Ed Diener (1984: 543), felicidade é a experimentação frequente de afetos positivos e, em menor escala, de afetos negativos. Para ser feliz não é necessário experimentar uma alta dose de afeto positivo e sim pequenas doses no seu dia a dia.

## **2.1 PARA ENTENDER A PSICOLOGIA POSITIVA**

No entendimento de que a felicidade é perseguida pela humanidade, desde a Antiguidade até nossos dias, os últimos aportes sobre esse desiderato são trazidos pelo movimento científico fortalecido na virada do século pelo psicólogo americano Martin E. P. Seligman, denominado Psicologia Positiva. Tal movimento teve início em 1998 com a presença de Seligman na presidência da *American Psychological Association* (APA). Para ele, a ciência psicológica não estava se preocupando com o estudo das virtudes da natureza humana:

Meu objetivo mais grandioso (...) é corrigir o desequilíbrio, incentivando o campo da psicologia a complementar seu conhecimento acumulado sobre sofrimento e doença mental, com novos conhecimentos sobre emoções positivas, virtudes e forças pessoais (Seligman 2004:20).

O seu objetivo consistia em trazer a psicologia ao patamar de uma ciência com a finalidade de estudar e investigar as características positivas de pessoas e instituições. Desta forma, os psicólogos procuravam mudar o foco da psicologia, até então praticada, considerando as emoções positivas em contraposição às mazelas psíquicas.

Para Seligman e Csikszentmihalyi (2000: 6) e Seligman (2004: 34), antes da II Guerra Mundial a psicologia apresentava três missões: curar a doença mental; tornar a vida das pessoas mais feliz, mais produtiva e mais plena e identificar e apoiar jovens excepcionalmente talentosos; com o final desse conflito, o retorno dos soldados, machucados emocionalmente e/ou fisicamente, provocou uma forte demanda por profissionais capacitados em tratar a tropa que retornava dos campos de batalha. Foi tarefa de responsabilidade dos psiquiatras, só que a quantidade destes “médicos da alma”, como eram designados, não era suficiente e a formação de novos profissionais era longa e cara. Como solução, o Congresso Americano resolveu entregar a tarefa a um grupo profissional menos escasso, os psicólogos. Em 1946, foi criada a *Veterans Administration Act* com a função de dar apoio aos ex-combatentes, criando, dentre outras coisas, um quadro de psicólogos para tratarem os problemas psicológicos dos veteranos de guerra. Grande número de bolsas são oferecidas com a intenção de unir psicólogos e psiquiatras na prescrição de terapias. Assim, nas palavras de Seligman,

A psicologia passa a ser praticamente um sinônimo de tratamento de doença mental. Sua missão histórica de fazer a vida de pessoas comuns, mais produtiva e plena fica em segundo plano em relação à cura de desordens e as tentativas de identificar e apoiar gênios praticamente abandonados (Seligman 2004: 34).

O que vem a ser a Psicologia Positiva? Para Seligman (2004: 13) é o estudo das emoções, dos sentimentos, dos comportamentos e instituições positivos com a finalidade de promover a felicidade. Sheldon e King (2001:216) consideram a Psicologia Positiva o estudo, com bases científicas, das virtudes e das forças inerentes ao indivíduo que norteiam o psicólogo a adotar uma postura apreciativa relacionada à motivação, ao potencial e capacidades humanas.

No nível individual, a psicologia positiva realça as características positivas do indivíduo, tais como competências, sensibilidade estética, vocação, habilidades em relações interpessoais, perseverança, capacidade para amar, originalidade, coragem, capacidade de

perdoar, espiritualidade e sabedoria; no nível grupal, refere-se às virtudes cívicas e às instituições que conduzem os indivíduos a serem cidadãos melhores, tais como altruísmo, tolerância, responsabilidade, civilidade, nutrição, educação, moderação e trabalho ético (Seligman; Csikszentmihalyi 2000: 5).

O uso dos termos felicidade e bem-estar são aplicados de maneira intercambiável, como signos abrangentes, com a finalidade de descrever os objetivos da Psicologia Positiva. Vale destacar que os termos supracitados, em alguns momentos, referem-se a sentimentos e, em outros, a atividades em que não há sentimento algum (Seligman 2004: 287).

Ser o ganhador de um grande prêmio na loteria ou sofrer um acidente e se tornar paraplégico são situações que afetam o seu nível de felicidade, mas o nível tende a voltar ao ponto inicial, ou seja, o nível observado antes dos eventos acontecerem (Seligman 2004). O ditado popular “Dinheiro não traz felicidade” bem se aplica a observação do supracitado autor. Um indivíduo, em desfavorável condição financeira, que é contemplado com um prêmio tem o seu nível de felicidade aumentado porque não tinha as suas necessidades básicas supridas anteriormente:

Em países muito pobres, onde a escassez chega a ameaçar a vida, ser rico, é um fator de maior bem-estar. Em nações mais ricas, porém, onde quase todos têm garantida uma rede de segurança básica, um aumento de riqueza tem efeito insignificante sobre a felicidade pessoal (Seligman 2004: 70).

Corroborando a observação acima, podemos tomar como exemplo a renda nos Estados Unidos que aumentou 16% nos últimos trinta anos, enquanto a percentagem de indivíduos que se proclamam “muito felizes” caiu de 36 para 29% (Seligman 2004: 185).

O que ocorre é que muitas vezes aquilo que se considera condição essencial para a felicidade é insignificante se comparado a outras para as quais não é conferida a relevância merecida conforme opinião expressa no texto a seguir:

[...] A dificuldade é que temos a tendência de procurá-la nos lugares errados. O que acreditamos que faria uma imensa diferença em nossas vidas de fato (...) faz apenas uma pequena diferença, enquanto fazemos vista grossa para as verdadeiras fontes de felicidade e bem estar pessoal (Lyubomirsky 2008: 4).

A Psicologia Positiva não tem como dizer o que fazer para encontrar a felicidade e sim “ajudar a fornecer as ferramentas para que você, por conta própria, seja capaz de tomar decisões mais saudáveis e mais bem fundamentadas (...) alcançar o estágio da mente preparada, aquele que sabe onde realmente podemos encontrar a felicidade e onde não podemos” (Lyubomirsky 2013: 15).

Sonja Lyubomirsky (2013) registra também algumas pesquisas que comprovam que os indivíduos que sofreram emoções negativas são potenciais candidatos para uma vida mais feliz do que aqueles que não tiveram experiências traumatizantes no passado: “passar por vários momentos devastadores ‘nos fortalece’ e nos deixa mais bem preparados para lidar com os desafios e traumas posteriores, sejam eles grandes ou pequenos” (Lyubomirsky 2013: 15). Nesse entendimento, é preciso compreender os desafios que a vida impõe para, mediante as experiências, construir e solidificar a identidade do indivíduo e sua cidadania.

## 2.2 COMO MENSURAR A FELICIDADE

Como mensurar algo tão subjetivo como a felicidade? Somente a partir da opinião de cada um, segundo alerta Lyubomirsky: “Ninguém além de você sabe ou deve dizer o quanto é verdadeiramente feliz” (Lyubomirsky 2008: 22). A felicidade é uma avaliação emocional que as pessoas fazem de suas vidas. Nessa perspectiva, compreende-se que a percepção da felicidade é inerente ao indivíduo, varia entre as culturas e o período analisado é um processo dinâmico. Enquanto processo e não um produto, sendo dinâmica à medida que desejada por todos os indivíduos, a felicidade é construída dia a dia. Dessa forma, a subjetividade da felicidade permite comparações temporais, interpessoais e interculturais:

Se a felicidade não fosse mensurável, expressões como “mais satisfeito”, “mais feliz” ou “mais agradável” não teriam sentido algum. Mas ao contrário, nós assumimos que a felicidade pode ser comparada e medida quando dizemos: “Eu estava mais feliz/satisfeito do que estou hoje”. Do mesmo modo, é bastante comum afirmarmos que preferimos algo a outra coisa qualquer. Nada disso nos parece absurdo, já que cotidianamente pensamos e falamos em mensurar felicidade e ordenar preferências. E, sobretudo, nos comportamos supondo essa hierarquização (Naconecy 2006: 58).

Diante das palavras do supracitado autor, verifica-se ser plausível mensurar a felicidade. O sociólogo holandês Ruut Veenhoven, professor-emérito de “condições sociais para a felicidade humana” na *Erasmus University Rotterdam* – Holanda e um dos pioneiros no estudo científico da felicidade, é o responsável por um banco de dados, o *World Database of Happiness*<sup>4</sup> que disponibiliza 7.469 referências bibliográficas sobre felicidade e 962 possibilidades de mensurar a felicidade (Veenhoven 2012). A felicidade, por ser subjetiva, não apresenta barreiras para a sua mensuração, ou seja, é a resposta emocional do indivíduo, a maneira que ele percebe o quão feliz é. Assim, a autopercepção contribui para mensurar a felicidade através de questionários específicos.

<sup>4</sup> <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/>



Para a realização desta pesquisa, fez-se uso da Escala de Felicidade Subjetiva (*Subjective Happiness Scale* – SHS), desenvolvida por Lyubomirsky e Lepper (1999). Essa escala consiste em um modelo composto por quatro itens, derivados de uma combinação inicial de 13 itens, e cada item deve ser respondido em uma Escala *Likert* de sete pontos. A Escala de Felicidade Subjetiva será mais bem detalhada na metodologia do presente trabalho.

### 2.3 A FELICIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

A felicidade nos últimos anos passou a ter o seu valor reconhecido por algumas áreas de estudo, como a psicologia, as ciências sociais, a economia, a administração, a demografia e a psiquiatria (Lyubomirsky 2008: 32). Um grande número de estudos são desenvolvidos a nível mundial alcançando as diversas áreas do conhecimento, fato observado pelo grande número de trabalhos presentes no banco de dados da *Erasmus University Rotterdam*.

Em 1972, o Rei do Butão<sup>5</sup>, Jigme Singya Wangchuck proferiu a célebre declaração “A Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto”.<sup>6</sup> A Felicidade Interna Bruta – FIB é um indicador sistêmico que se baseia na “premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual, sempre em harmonia com a terra” (Visão futuro1 2012). Desta forma, o cálculo da riqueza do país considera outros aspectos, tais como, saúde, educação, bem-estar psicológico, cultura, uso do tempo, meio ambiente, governança, vitalidade comunitária e padrão de vida.

Como podemos observar, o FIB não se limita apenas aos aspectos puramente econômicos, como os considerados para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). O FIB considera também aspectos subjetivos, participativos, ou seja, a autopercepção que o indivíduo tem de si e do que acontece à sua volta.

No ano de 1999 foi fundado, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Centro para Estudos do Butão que tem como objetivo orientar estudos interdisciplinares que englobem aspectos sociais, econômicos e culturais do país e desenvolver o conceito do FIB. Desde então são promovidas Conferências Internacionais sobre FIB e já aconteceram cinco edições: duas no Butão, uma no Canadá, uma na Tailândia e uma no Brasil (Visão futuro1 2012). Para Dasho Karma Ura, presidente do Centro para

<sup>5</sup> Pequeno País na região do Himalaia localizado entre a China e a Índia.

<sup>6</sup> Congresso em foco: Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/forum/felicidade-interna-bruta-fib-versus-pib/>.

Estudos do Butão, ao se referir sobre a declaração do Rei do Butão disse que “20 a 30 anos depois, as opiniões ao redor do mundo estão começando a convergir no sentido de tornar a felicidade uma meta sócio-econômica coletiva” (Visão futuro3 2012).

A partir da colocação de Dasho Ura, destaca-se uma das possibilidades recentes que é a criação pelo governo francês, em 2008, durante o mandato presidencial do presidente Nicolas Sarkozy, da Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e do Progresso Social, também conhecida como “Comissão Sarkozy” ou “Comissão Stiglitz- Sen- Fitoussi”. A comissão reuniu vinte e sete renomados especialistas oriundos de universidades, organizações governamentais e intergovernamentais de vários países (França, Reino Unido, Estados Unidos, Índia) sob a coordenação de Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. Os especialistas formaram três grupos que analisaram as questões clássicas do PIB, questões relacionadas com a sustentabilidade e questões a respeito da qualidade de vida. Com a entrega do relatório final em setembro de 2009, foram divulgadas as 12 recomendações (Visão futuro3 2012):

- Ao avaliar bem-estar material, olhe para a renda e o consumo, em vez de olhar para a produção.
- Enfatizar a perspectiva familiar (doméstica)
- Considere a renda e o consumo em conjunto com a riqueza
- Dê mais proeminência à distribuição de renda, do consumo e da riqueza
- Amplie as medidas de renda para atividades que estejam fora do mercado (não-mercado).
- A qualidade de vida depende das condições objetivas e das capacidades das pessoas. Passos devem ser dados para melhorar a saúde, a educação, as atividades pessoais e as condições ambientais das pessoas. Em particular, um esforço substancial deve ser devotado para desenvolver e implementar medidas robustas e confiáveis sobre conexões sociais, voz política e insegurança, que por sua vez possam se mostrar como previsoras de satisfação com a vida.
- Indicadores de qualidade de vida em todas as dimensões cobertas deveriam avaliar as desigualdades de um modo compreensivo.
- Levantamentos deveriam ser elaborados para avaliar os elos entre os diversos domínios de qualidade de vida para cada pessoa, e essas informações deveriam ser usadas ao se desenhar políticas em vários campos.
- Escritórios de estatística deveriam prover a informação necessária para agregar através das dimensões de qualidade de vida, permitindo a construção de diferentes índices.
- Medidas de bem-estar, tanto objetivas como subjetivas, proporcionam informações-chave sobre a qualidade de vida das pessoas. Escritórios de estatística deveriam, nos seus próprios levantamentos, incorporar perguntas para capturar as avaliações

que as pessoas fazem de suas próprias vidas e das suas experiências e prioridades hedônicas.

- A avaliação da sustentabilidade requer um bem identificado painel de indicadores. O traço característico dos componentes desse painel deveria ser que esses indicadores são interpretáveis como variações dos “estoques” subjacentes. Um índice monetário de sustentabilidade tem o seu lugar em tal painel, mas, sob o atual estado da arte, esse índice deveria permanecer essencialmente focado nos aspectos econômicos da sustentabilidade.
- Os aspectos ambientais de sustentabilidade merecem um acompanhamento em separado, acompanhamento este que deve se basear num bem-escolhido conjunto de indicadores físicos. Em particular existe a necessidade de um claro indicador para a nossa proximidade a perigosos níveis de dano ambiental (tais como associados à mudança climática ou a exaustão dos estoques pesqueiros).

Comparando as nove dimensões do FIB com as doze recomendações da Comissão Sarkozy, observam-se diversos itens nos quais a subjetividade é latente e depende da autopercepção dos indivíduos para poder ser mensurada como, por exemplo, de que maneira o indivíduo avalia o meio ambiente do local em que vive.

Críticas podem surgir relacionadas a aspectos metodológicos. Como levantar os dados com relação a alguns temas abordados? Usando a consciência, essa “faculdade por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro dele ou em seu exterior” (Houaiss, 2012). A concepção de consciência é inerente à concepção que o homem tem de si mesmo, refere-se ao seu autoconhecimento, à sua compreensão do meio ambiente e da relação que pode fazer entre os dois. O ser humano se enxerga na mesma proporção de sua visão de mundo. Nesse entendimento, o instinto, a razão e a intuição são os ingredientes necessários para formar a consciência do indivíduo sobre si e sobre o mundo onde está inserido.

Ratifica-se, concluindo, que a autopercepção que os indivíduos têm de si e do que está em sua volta contribui para desenvolver o pensamento, ampliando assim as ideias de Naconecy (2006: 58) (cf. seção 5.3) para outros aspectos além da felicidade.

### **3 METODOLOGIA**

Este trabalho teve como propósito de avaliar uma política pública cultural através de índice de felicidade, o nosso universo amostral foram os Pontos de Cultura existentes em Pernambuco e conveniados diretamente pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe. Para tanto, considerou-se necessária a execução de uma pesquisa de campo, a fim de levantar informações sobre os Pontos de Cultura e o grau de felicidade dos gestores.

O questionário foi aplicado junto aos coordenadores gerais, técnicos e pedagógicos dos Pontos de Cultura. Esse Questionário teve o propósito de levantar informações sobre o nível de felicidade dos coordenadores. Nesse contexto, os líderes dos Pontos foram arguidos sobre a ideia que os mesmos têm sobre sua felicidade, a felicidade em trabalhar no Ponto de Cultura e a felicidade que eles acreditam que os beneficiários sentem por participar das atividades do Ponto. Seis questões compõem o questionário, sendo todas as perguntas objetivas.

As primeiras quatro questões desse questionário foram extraídas do trabalho de Lyubomirsky e Lepper (1997: 151), que compõem a escala subjetiva de felicidade. Já os dois últimos questionamentos foram elaborados a fim de integrar os dois temas: felicidade e Pontos de Cultura. Considerou-se pertinente questionar os coordenadores sobre sua satisfação em trabalhar nos Pontos de Cultura, assim como interrogar a respeito da percepção que eles têm sobre a felicidade dos beneficiários. As duas últimas questões, portanto, foram formuladas especialmente para esse trabalho.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O Questionário foi aplicado junto aos coordenadores dos Pontos de Cultura, com o objetivo de investigar o nível de felicidade dos mesmos. Para tanto, fez-se uso do trabalho de Lyubomirsky & Lepper (1997), que trata da escala subjetiva de felicidade. A fim de obter a felicidade subjetiva global, assim como afirmam Lyubomirsky & Lepper (1997: 141), é necessário fazer uma média das respostas obtidas de quatro itens: consideração geral da felicidade, comparação da felicidade, aproveitamento da vida e aparência de felicidade. Neste trabalho, ainda foram adicionadas duas perguntas que relacionam a felicidade e o trabalho nos Pontos de Cultura. A primeira delas aborda o nível de felicidade e a coordenação dos Pontos, enquanto que a segunda questiona a percepção que o líder tem em relação à felicidade dos beneficiários.

As respostas para as perguntas do Questionário foram expressas em escala de Likert de sete pontos. Sendo assim, os respondentes puderam optar entre sete opções, que mantinham uma relação de ordem entre si. Os resultados obtidos com essa pesquisa são expostos a seguir, ressaltando que 108 coordenadores foram ouvidos. Cabe ressaltar que os níveis de felicidade avaliados com este questionário se referem apenas aos líderes dos Pontos de Cultura.

Primeiramente, os respondentes foram indagados sobre a percepção geral que os mesmos têm sobre seus níveis de felicidade. Na ocasião, 89 coordenadores disseram que seus níveis de felicidade são os mais elevados – 6 ou 7 – o que representa mais de 82,4% do total.

Apenas um líder afirmou que seu nível seria o menor (1), enquanto que nenhum apontou o nível 2 e dois coordenadores indicaram o três. A Figura 4.1 mostra um gráfico com os níveis de felicidade manifestados pelos coordenadores.

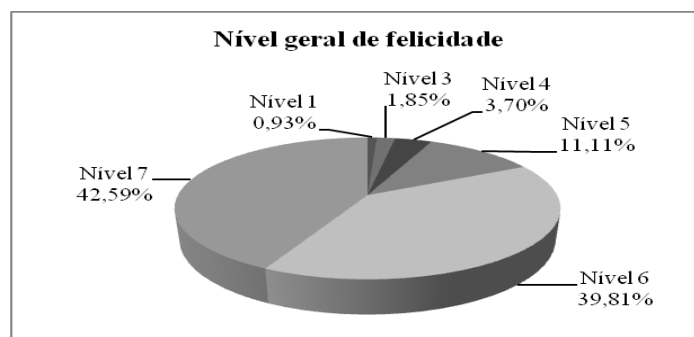


Figura 4.1 – Nível geral de felicidade dos coordenadores dos Pontos de Cultura

Como pode ser visto, o nível máximo de felicidade foi o mais apontado, sendo a escolha de 46 dos 108 coordenadores entrevistados (42,6%). O desvio padrão para os dados é baixo – 1,036 – visto que não há grande dispersão das respostas: a grande maioria se concentra nos três maiores níveis.

Em seguida, os coordenadores foram questionados a respeito da felicidade deles em relação àqueles que estão ao seu redor. As respostas concentraram-se nos mais altos graus de felicidade, com maior ênfase nos dois primeiros níveis. 41 dos gestores afirmaram que têm um nível 7 de felicidade, em comparação as outras pessoas; 37 declararam o nível 6; 19 apontaram o quinto nível; e 10 se situaram no nível 4. Nenhum gestor indicou os níveis 1 ou 3 e apenas um deles sugeriu o nível 2. Através da Figura 4.2, pode-se observar os percentuais obtidos para todos os níveis de felicidade.

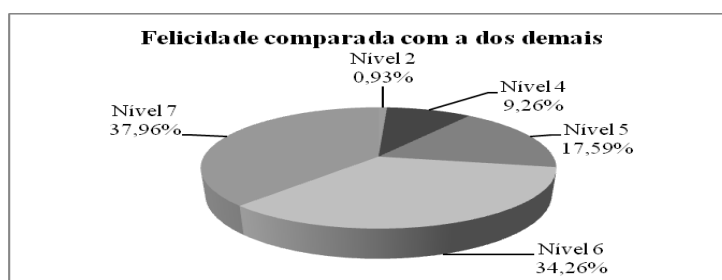


Figura 4.2 – Felicidade dos coordenadores dos Pontos de Cultura comparada com a dos demais

Ainda de acordo com as indagações do trabalho de Lyubomirsky & Lepper (1997), os coordenadores indicaram sua felicidade comparada à de pessoas muito felizes. As respostas não eram mais dadas em níveis de felicidade, como as anteriores, mas sim em relação ao nível

de concordância com a afirmação dada. A declaração era “Algumas pessoas em geral são muito felizes. Aproveitam a vida independentemente do que esteja ocorrendo, conseguindo o máximo de cada situação” e os líderes deveriam apontar, dentro dos sete níveis, o quanto essa caracterização os descrevia.

Neste questionamento, percebeu-se uma maior dispersão entre as respostas, mesmo que discreta. Os coordenadores, em sua maioria, declararam que suas aceitações em relação à afirmação estão entre os níveis 5, 6 e 7 – com frequências de 27, 37 e 32; respectivamente.

O nível mais baixo de concordância foi apontado três vezes para o questionamento, sendo, portanto, mais expressivo do que nas questões apresentadas anteriormente. Nenhum líder apontou segundo nível. Os percentuais correspondentes a cada nível de concordância podem ser vistos no gráfico da Figura 4.3.

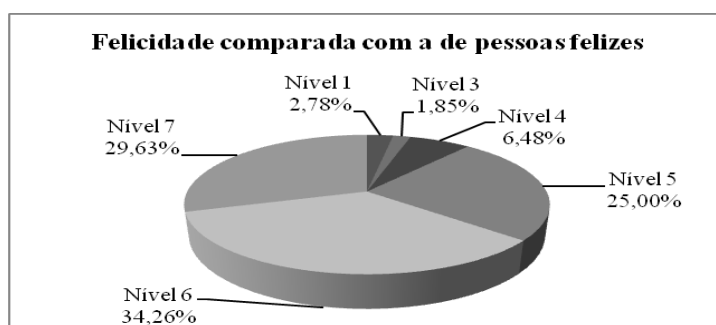


Figura 4.3 – Felicidade dos coordenadores dos Pontos de Cultura comparada com a de pessoas felizes

A pergunta seguinte também deveria ser respondida em termos de concordância a uma afirmação. Nesse caso, a declaração era “Algumas pessoas, de maneira geral, não são muito felizes. Embora não estejam deprimidas, nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser.” Como se trata de uma afirmação com cunho negativo em relação à felicidade, a escala de respostas foi invertida. O nível 1, portanto, representa a mais alta concordância com a frase, enquanto o nível sete significa a maior discordância. Desse modo, em termos de felicidade, apontar o nível 1 indica que o respondente afirma que é infeliz, por outro lado, o nível 7 sugere que o entrevistado diverge totalmente que é infeliz, ou seja, é muito feliz.

Como resultado, obtivemos respostas dispersas, embora ainda perceba-se uma tendência maior para os níveis mais altos. Todos os resultados podem ser observados na Figura 4.4. Os três níveis mais baixos apresentam um resultado mais expressivo do que em qualquer outro questionamento, reunindo 13,89% das respostas. Tal situação sugere que alguns coordenadores se sentem infelizes.

Esse pronunciamento, entretanto, vai contra aquilo que foi declarado na pergunta inicial, sobre o nível de felicidade de um modo geral. Cabe ressaltar que na pergunta sobre

felicidade geral, apenas três gestores indicaram os três níveis mais baixos de felicidade, enquanto que aqui 15 declararam concordar que não são muito felizes (níveis 1, 2 e 3).

Essa diferença entre os resultados das duas perguntas conduzem a uma dúvida: os coordenadores compreenderam a inversão da escala, ou as respostas deles são inconsistentes? Embora tenha havido uma preocupação do entrevistador em ressaltar a inversão da escala, alguns gestores podem ter apontado os níveis mais baixos acreditando que estariam relevando uma discordância com a frase – quando deveriam ter escolhido os mais altos. Seria essa, portanto, uma primeira explicação para a divergência entre as respostas das duas perguntas. Outra explicação é que as respostas dos coordenadores possivelmente não foram coincidentes.

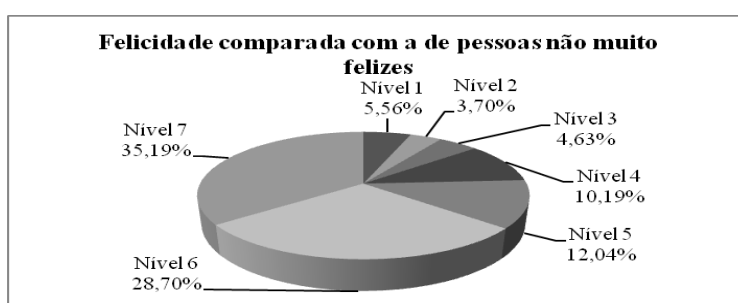


Figura 1.4 – Felicidade dos coordenadores dos Pontos de Cultura comparada com a de pessoas não muito felizes

Os quatro questionamentos sugeridos no trabalho de Lyubomirsky & Lepper (1997), servem de entrada para calcular o índice de felicidade de uma pessoa. Esse índice é obtido através da média aritmética das quatro respostas obtidas nas quatro perguntas feitas até então pelo questionário. Dessa forma, o índice de felicidade foi calculado para cada coordenador, podendo variar de zero a sete – sendo 7 o mais alto grau de felicidade. Na Figura 4.5 tem-se um resumo dos índices de felicidade dos gestores.

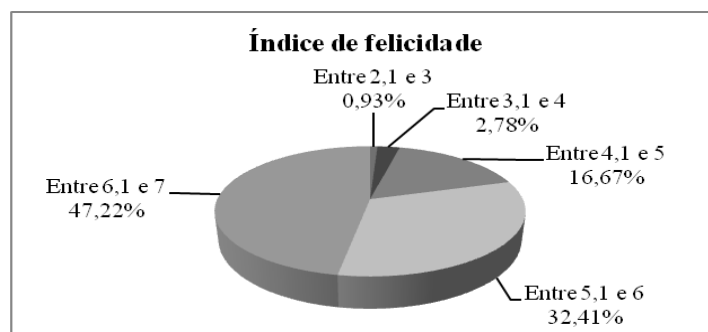


Figura 4.2 – Índice de felicidade dos coordenadores dos Pontos de Cultura

De acordo com a figura anterior, pode-se verificar que quase a metade dos coordenadores apresenta um índice de felicidade entre 6,1 e 7 – 51 deles. Nenhum índice de felicidade ficou entre as faixas de 0 a 1 e 1,1 a 2. O intervalo entre 2,1 e 3 compreendeu um

único coordenador, enquanto entre 3,1 e 4 abrangeu três. Dessa forma, diante de tais números, é possível concluir que os coordenadores dos Pontos de Cultura apresentam um grau elevado de felicidade.

Ainda no Questionário 2, que foi aplicado junto aos coordenadores dos Pontos de Cultura, foram feitas duas perguntas, que não estavam inclusas no trabalho de Lyubomirsky & Lepper (1997), mas que estão relacionadas aos Pontos de Cultura. A primeira delas era a respeito do nível de felicidade dos entrevistados levando em consideração os seus trabalhos como coordenadores dos Pontos. A Figura 4.6 mostra que mais da metade dos líderes (69) indicaram os graus 6 ou 7, o que mostra que eles estão satisfeitos com as suas atividades nesse meio.

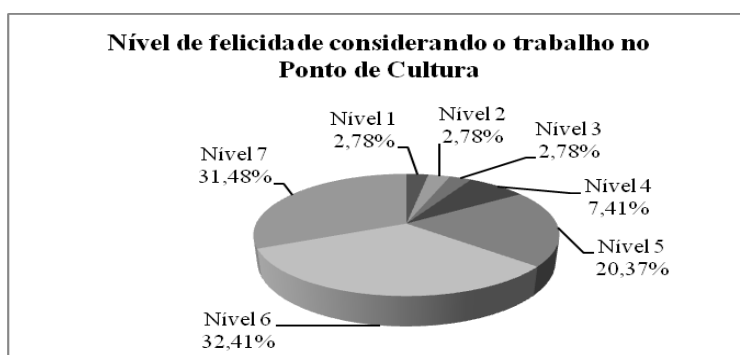


Figura 4.3 – Nível de felicidade dos coordenadores considerando o trabalho nos Pontos de Cultura

Percebe-se, no entanto, que todos os níveis foram indicados pelos gestores, inclusive aqueles mais baixos. Nove coordenadores apontaram os níveis 1, 2 e 3: isso poderia indicar que eles observam pontos negativos no trabalho desenvolvido? Tal fato não foi observado nas perguntas sobre a felicidade de um modo geral. Essa porcentagem, porém, não é muito expressiva, já que inclui menos de 10% dos líderes.

O último questionamento também envolveu felicidade e Pontos de Cultura. Nessa ocasião, no entanto, os gestores tiveram que apontar qual o nível de felicidade dos beneficiários dos Pontos, na visão deles. Os resultados apurados estão expostos na Figura 4.7. Nenhum dos entrevistados proferiu o nível mais baixo, mas um apontou o nível 2, outro indicou o nível 3 e três mencionaram o nível 4. Diante de tais números, pode-se perguntar por que alguns coordenadores sugerem esses níveis mais baixos: eles não acreditam no trabalho que está sendo executado por eles? Ou acham que a vivência nos Pontos não contribuiu para a felicidade dos beneficiados



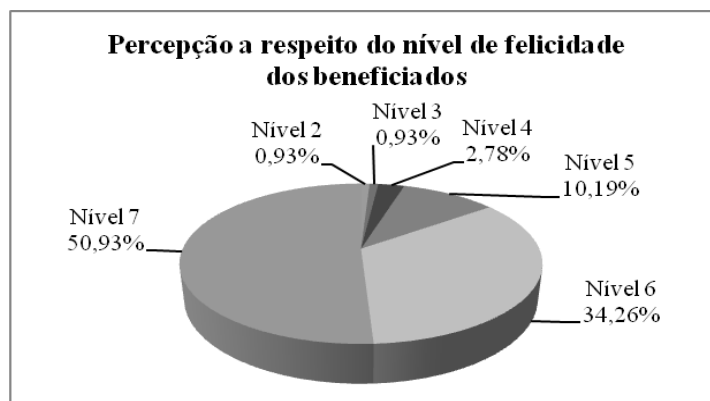


Figura 4.7 – Percepção dos coordenadores dos Pontos de Cultura a respeito do nível de felicidade dos beneficiados

Por outro lado, a maioria dos gestores acredita que o nível de felicidade dos beneficiados é consideravelmente alto: 92 deles apontaram os graus mais elevados (6 e 7). Esse número, inclusive, é bem maior do que a felicidade que os coordenadores disseram sentir em trabalhar com os Pontos – 69 indicaram 6 ou 7. Isso levanta outro questionamento interessante: porque os líderes acreditam que a felicidade dos beneficiários é substancialmente maior do que a deles? Que motivos levariam as demais pessoas a serem mais felizes?

Enfim, pode-se afirmar que os coordenadores, de uma maneira geral, se consideram pessoas felizes. As médias para os quatro questionamentos apontados no trabalho de Lyubomirsky & Lepper (1997) podem ser verificados na Figura 4.8. De acordo com o gráfico, pode-se ver que a maior média foi obtida quando os gestores responderam a respeito de sua felicidade geral. A menor média, por outro lado, foi observada quando os mesmos compararam sua felicidade com a de pessoas infelizes. Percebe-se, por fim, que todas as médias calculadas são altas, maiores que 5,463 – o que indica um alto grau de satisfação dos coordenadores dos Pontos de Cultura.

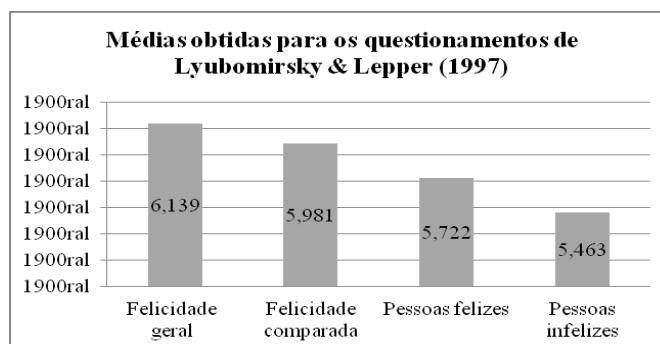


Figura 4.8 – Médias obtidas dos coordenadores dos Pontos de Cultura para os questionamentos de Lyubomirsky & Lepper (1997) acerca da felicidade

As perguntas referentes à vivência nos Pontos de Cultura podem ser visualizadas na Figura 4.8 oferece um gráfico com a média obtida com as respostas, permitindo um comparativo. Analisando a figura, pode-se ver que o índice de felicidade calculado para cada coordenador, através das médias apresentadas na Figura 4.9, é alto – maior que 5,8. Tal índice é maior que o grau de felicidade relacionado ao trabalho como coordenador do Ponto. Isso sugere que os gestores estão mais satisfeitos em suas vidas de um modo geral do que especificamente com as atividades ligadas aos Pontos de Cultura.

Outra conclusão que pode ser tirada através da Figura 4.9 é que os líderes observam que os beneficiados dos Pontos de Cultura tenham uma felicidade alta, de quase 6,3. Média essa, inclusive, maior do que a felicidade dos coordenadores.

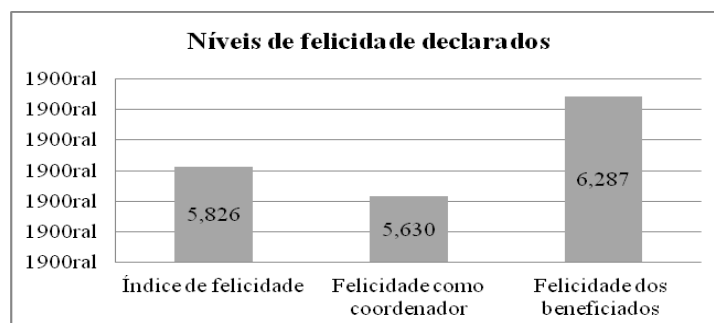


Figura 4.9 – Diferentes níveis de felicidade declarados pelos coordenadores dos Pontos de Cultura

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo abordou sobre a felicidade com o fim precípua mostrar a avaliação de uma política pública cultural através do índice de felicidade.

Ao longo do trabalho, pudemos chegar a algumas conclusões as quais passamos a apresentar a seguir.

Um dos resultados a que chegamos foi que a felicidade é apontada como uma necessidade básica do homem.

Os resultados da pesquisa atestaram um alto nível de felicidade entre os participantes do ponto de cultura, ainda maior do que a felicidade dos coordenadores. Pode-se inferir que a participação nas atividades desenvolvidas no ponto eleva o nível de felicidade dos indivíduos.

Apesar das dificuldades vivenciadas nos Pontos de Cultura, como por exemplo, o atraso no repasse dos recursos que implica na suspensão das atividades, não afeta no nível de felicidade dos coordenadores e beneficiados.

Observamos uma pequena diferença entre o nível de felicidade geral e o nível de felicidade enquanto coordenador, indicando que as dificuldades no trabalho como coordenador não alteram a felicidade em trabalhar com o Programa Cultura Viva.

Os coordenadores dos Pontos aferem um nível de felicidade alta aos beneficiados por considerarem que o Ponto de Cultura é um agente modificador de vidas.

Diante o exposto, consideramos o índice de felicidade uma ferramenta eficiente para avaliar políticas públicas culturais.

## REFERÊNCIAS

- COHEN, Marleine (2010): *A história da felicidade: uma palavra singular com sentido plural*. São Paulo: Saraiva.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto (2000): *Direitos culturais como direitos fundamentais: no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Jurídica.
- DIENER, E. (1984): “Subjective well-being”. In: *Psychological Bulletin*, 95 (3): 542-575.
- HOUAISS: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.
- LEGRENZI, Paolo (2002): *A felicidade: os obstáculos estão na mente, não no mundo*. São Paulo: Paulinas/Loyola.
- LYUBOMIRSKY, Sonja, e LEPPER, H.S. (1999): “A measure of subjective happiness: preliminary reliability and construct validation”. In: *Social Indicators Research*, 46: 137–155.
- \_\_\_\_\_(2008): *A ciência da felicidade: como atingir a felicidade real e duradoura*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- \_\_\_\_\_(2013): *Os mitos da felicidade: O que deveria fazer você feliz, mas não faz; o que não deveria fazer você feliz, mas faz*. Rio de Janeiro: Odisséia.
- NACONECY, Carlos Michelon (2006): *Ética & animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SELIGMAN, M. e CSIKSZENTMIHALYI, M. (2000): “Positive Psychology: An introduction”. In: *American Psychologist* 55: 5-14.
- SELIGMAN, M. E. P. (2004): *Felicidade autêntica: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SHELDON, K.M. e KING, L. (2001): “Why positive psychology is necessary”. In: *American Psychologist* 56: 216-217.
- SILVA, Franklin Leopoldo e (2007): *Felicidade: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos*. São Paulo: Claridade
- VEENHOVEN, Ruut (2012): “World Database of Happiness”. Internet. Disponível em <<http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl>>. (consultado em: 15 de julho de 2012).
- VISÃO FUTURO1 (2012): “O que é FIB”. Internet. Disponível em <http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/O%20Que%20é%20o%20FIB%20-%20pdf.pdf> (consultado em 12 de abril de 2012).
- VISÃO FUTURO3 (2012): “Felicidade Interna Bruta”. Internet. Disponível em <http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Felicidade%20Interna%20Bruta%20-%20Dasho%20Karma%20Ura.pdf> (consultado em 12 de abril de 2012).